

TRABALHOS COMPLETOS

9^a MoExp

MOSTRA DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

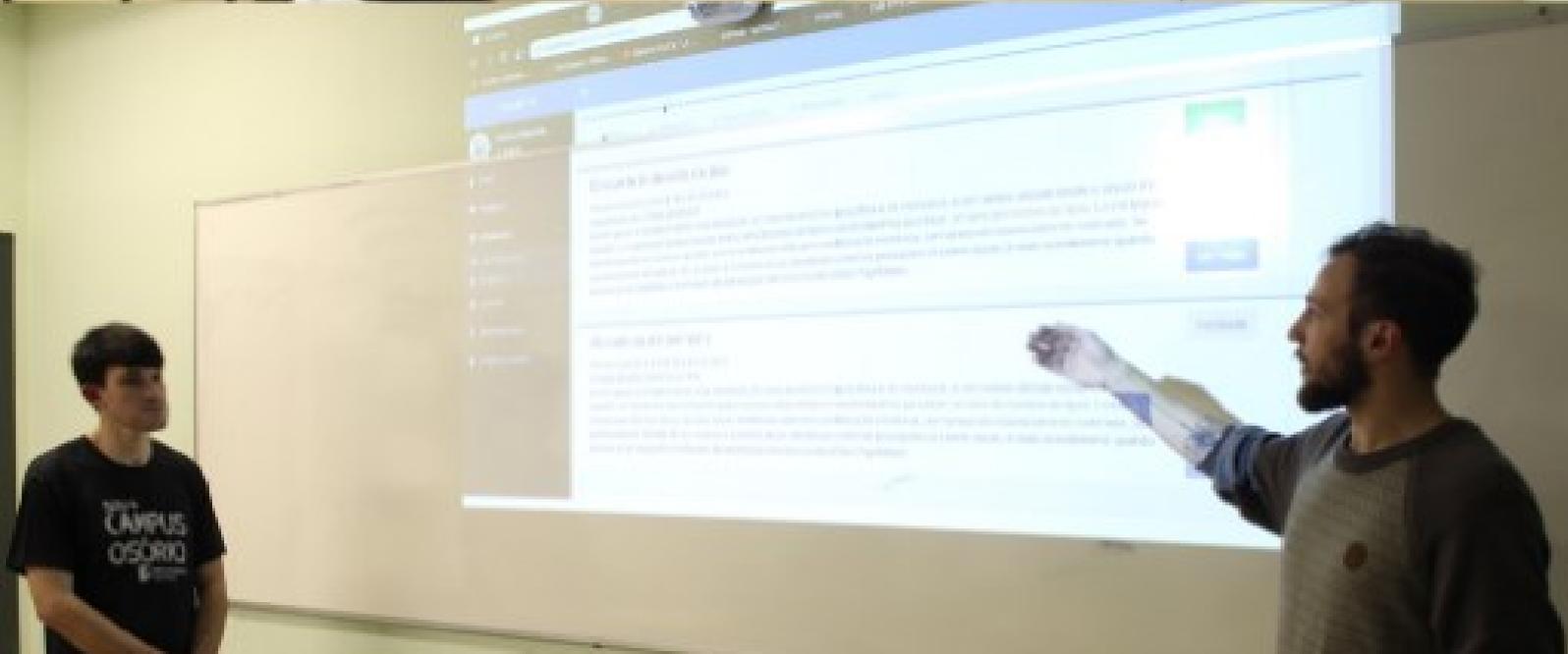
10 E 11 DE SETEMBRO DE 2019

IFRS - CAMPUS OSÓRIO



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul
Campus
Osório

**ANAIS - ENSINO SUPERIOR E
PÓS-GRADUAÇÃO**



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR Júlio Xandro Heck

PRÓ-REITOR DE ENSINO Lucas Coradini

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO Marlova Benedetti

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO Eduardo Girotto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO Tatiana Weber

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Amilton de Moura Figueiredo

DIRETORA GERAL – CAMPUS OSÓRIO Flávia Santos Twardowski Pinto

DIRETORA DE ENSINO – CAMPUS OSÓRIO Milene Araújo Vitorino

DIRETOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO – CAMPUS OSÓRIO Marcelo Vianna

DIRETOR DE EXTENSÃO – CAMPUS OSÓRIO Cláudius Jardel Soares

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS OSÓRIO Éder José Morari

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CAMPUS OSÓRIO Wendell Ribeiro e
Silva

9.ª Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa – MoExp

IFRS Campus Osório

Portaria n.º 125, 11.07.2019

Cláudius Jardel Soares (Presidente)

Agnes Schmeling

Alexandre Ricardo Lobo de Sousa

Aline Silva de Bona

Andrei Nasser Wichrestink

Augusto Weiland

Bruno Chagas Alves Fernandes

Camila Porsch da Cunha

Claudia Simone Cordeiro Pelissoli

Ednei Luís Becher

Fabiana Gerusa Leindeker da Silva

Flávia Santos Twardowski Pinto

Gabriela Silva Morel

Josias Neubert Savoio

Marcelo Vianna

Márcio Telles Portal

Mariana Afonso Ost

Mateus da Rosa Pereira

Milene Araújo Vitorino

Terrimar Ignácio Pasqualetto

Uady Rocha Sessim

Anais da 9.ª Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa – MoExp

Trabalhos Ensino Superior e Pós-Graduação

ISSN 2526-3250

Organização

Marcelo Vianna

Mateus da Rosa Pereira

Cláudius Jardel Soares

Claudia Simone Cordeiro Pelissoli

Flávia Santos Twardowski Pinto

Camila Porsch da Cunha

Editoração

Marcelo Vianna

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M916 Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa do IFRS Campus Osório – MOEXP
(9. : 2019 : Osório, RS)

Anais da 9ª Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa do IFRS Campus Osório – MOEXP: trabalhos ensino superior e pós-graduação [recurso eletrônico] / organizadores: Marcelo Vianna ... [et al.]. – Osório, RS: IFRS Campus Osório, 2020.

422 p.

1. Ciência - Estudo e ensino 2. Iniciação Científica – Eventos 3.
Extensão universitária 4. Pesquisa I. Vianna, Marcelo, org. II. Título

CDU: 37(063)

Responsável: Bibliotecária Luana Monique Delgado Lopes – CBR10/2033

PROJETO HORTAS URBANAS E PERIURBANAS DO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

Renan Teixeira Luiz¹
Hector Cardoso do Amaral²
Ricardo de Sampaio Dagnino³

Introdução

O projeto de extensão intitulado “Agricultura urbana e periurbana: alimentação, educação e saúde” busca fomentar ações voltadas à agricultura urbana no município de Tramandaí. O projeto, desenvolvido por um conjunto de instituições, foi empreendido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em parceria com a prefeitura Municipal de Tramandaí e a colaboração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e o Grupo Jovens Gideões.

Os objetivos do projeto são integrar a UFRGS às organizações não governamentais e à sociedade civil, promover a educação ambiental e a agroecologia, oferecer cursos teórico-práticos com temas voltados à agricultura urbana e periurbana, realizar um diagnóstico das hortas no município de Tramandaí, promover a segurança alimentar e nutricional, estruturar políticas públicas de fomento a agricultura familiar, propor ações de planejamento e gestão das hortas comunitárias no município e proporcionar o empoderamento de grupos sociais vulneráveis.

Em março de 2019 foram iniciadas as conversas que culminaram na estruturação do projeto, estas envolveram por docentes da UFRGS Campus Litoral Norte e representantes da secretaria de meio ambiente da prefeitura de Tramandaí. A partir deste foram incorporados ao grupo de trabalho discentes e técnicos administrativos da UFRGS Campus Litoral Norte, além de representantes das secretarias municipais de educação e assistência social.

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. renan.teixeira@ufrgs.br

² Graduando do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. hectormalakas@gmail.com

³ Doutor em Demografia, Mestre em Geografia. ricardo.dagnino@ufrgs.br

O projeto foi desenvolvido a partir de reuniões entre a equipe de trabalho e se dividiu em duas frentes principais: a primeira delas, ocorrida entre maio e agosto de 2019, consistiu no mapeamento e a caracterização de hortas urbanas do município de Tramandaí. Nesta fase foram aplicadas entrevistas semi estruturadas com agricultores urbanos do município. A segunda etapa, em andamento, consiste em um curso de formação de caráter teórico-prático, ministrado por docentes da UFRGS e iniciado em agosto de 2019, dividido em dois módulos: o primeiro com carga horária de 40h, e o segundo com carga horária de 60h. O curso é destinado à comunidade tramandaiense e aborda temas como agricultura urbana, agroecologia, saúde, segurança alimentar, educação ambiental e sensibilização, economia solidária, associativismo, planejamento e gestão comunitária de hortas urbanas e periurbanas.

Por que pensar a agricultura urbana?

Para responder a esta pergunta é necessário compreender a importância da agricultura urbana e periurbana para o desenvolvimento social e econômico dos municípios. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, resume a importância de ações voltadas para a agricultura urbana:

A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre agricultura e meio urbano. Entretanto, a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas, mesmo que timidamente. Essa atividade tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto dos urbanitas quanto dos pesquisadores e responsáveis por elaboração de políticas, na medida em que, onde se estabeleceu com eficiência, desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações urbanas, garantindo a sua sobrevivência (FAO, 1999 apud AQUINO e ASSIS; 2007).

A produção de alimentos integrada à malha urbana concilia diferentes aspectos relacionados à sustentabilidade. Destaca-se aqui alguns destes aspectos: a agroecologia, a sociabilização, a saúde e segurança alimentar, a economia e a urbanização.

O caráter agroecológico das hortas urbanas refere-se ao fato de que estas incorporam técnicas de manejo ecológico dos recursos naturais aliados à

conservação da biodiversidade. Aquino e Assis (2007) destacam que a agroecologia possui como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais. Para isto, busca-se maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos. As hortas urbanas caracterizam-se pela aplicação destes conceitos, principalmente relacionados ao ciclo de nutrientes e a reutilização de materiais e resíduos.

A sociabilização também se associa a agricultura urbana visto que a manutenção das hortas funciona como um elo de ligação e convívio entre vizinhos, além de proporcionar o empoderamento da comunidade sobre os espaços e estimular a participação política. Santandreu e Lovo (2007, p.26) enfatizam que as “ações de promoção de novas sociabilidades devem partir de resgatar a autoestima dos/as moradores/as e promover a participação ativa e o diálogo, rompendo com a lógica assistencialista e clientelista e com o isolamento social”. Ribeiro *et al* (2015, p.738) complementam que as hortas urbanas contribuem “para a melhoria da relação familiar, o desenvolvimento de processos solidários e cooperativos e o aprimoramento do relacionamento interpessoal dos participantes”.

A saúde e a segurança alimentar também são aspectos promovidos pela agricultura urbana, pois além de produzir alimentos orgânicos e de alto valor nutricional, também produz ervas medicinais e estimula comportamentos saudáveis. Manejar a horta também pode ser uma atividade terapêutica, conforme indicam Ribeiro *et al* (2015, p.739) o envolvimento com as hortas “foi considerado por alguns participantes como atividade terapêutica, sendo a saúde mental também beneficiada com estas atividades, resultando, por exemplo, na melhora do quadro de depressão de alguns participantes (...)”. Weid (2004, *apud* AQUINO e ASSIS, 2007), ainda coloca que as hortas urbanas possibilitam o aumento da disponibilidade e a diversificação dos alimentos acessíveis a populações marginalizadas.

Também existem fatores econômicos que estão vinculados a agricultura urbana visto que a produção de alimentos integrada à malha urbana estimula cadeias curtas de comercialização, a economia solidária e a geração de renda com baixos investimentos. Calbino *et al* (2017) destacam que as hortas urbanas são uma

alternativa de geração de renda para as camadas excluídas da sociedade. Além do mais, a utilização nas hortas dos resíduos orgânicos domésticos e da matéria orgânica gerada nos jardins reduz os gastos públicos com coleta e transporte de resíduos. Por fim, a urbanização também é um aspecto que relaciona-se com a agricultura urbana porque as hortas comunitárias promovem o empoderamento do indivíduo sobre os locais de convivência e áreas públicas, incentivando a arborização das cidades e o melhor aproveitamento dos espaços urbanos.

Contexto municipal

A fim de compreender a importância de ações destinadas à agricultura urbana é necessário analisar o contexto do município de Tramandaí. O município, localizado no litoral norte gaúcho, possui área de 142,878km² e população estimada de 51.575 habitantes em 2019 (IBGE, 2019). Este, demonstra um contexto social marcado pelo crescimento populacional recente e pela dependência econômica do setor da construção civil.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2019), o município possuía população de 42.492 habitantes em 2010, passando para 50.501 em 2017, ou seja, houve um incremento de 18,84% neste período. Para fins de comparação, no mesmo período o município de Osório apresentou incremento de 8,45% de sua população, enquanto Porto Alegre apresentou incremento de 2,13%. Capão da Canoa, que se insere em um contexto semelhante ao de Tramandaí, também apresentou um importante incremento populacional, tendo crescimento demográfico de 19,40% neste período. Ramos (2016) destaca que os municípios litorâneos desta região apresentam dois importantes processos de migração: a primeira vinculada a idosos, que procuram uma melhor qualidade de vida nestes municípios; e um segundo processo vinculado à migração de trabalhadores, principalmente em atividades de mão de obra menos qualificada como a construção civil.

Aliada ao crescimento populacional, a vulnerabilidade social é um fator em que Tramandaí se sobressai em relação aos municípios da região. Segundo o Atlas de Vulnerabilidade Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019) em 2010 municípios como Osório e Capão da Canoa apresentavam Índice de Vulnerabilidade

Social (IVS) igual a 0,202 e 0,216 respectivamente, enquanto Tramandaí apresentava índice igual a 0,235, aproximando-se da capital Porto Alegre, que apresentava IVS igual a 0,249.

Quanto a economia, segundo dados do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015), em 2012 a construção civil representava 64,3% da estrutura industrial de Tramandaí, enquanto municípios como Osório e Porto Alegre possuíam respectivamente 33,1% e 38,6%. Da mesma forma Capão da Canoa também demonstrou dependência deste setor, apresentando índice de 68,7%.

Estes fatores demonstram a importância de atividades como a agricultura urbana, como opção de diversificação econômica, geração de renda e promoção da segurança alimentar.

Caracterização das hortas urbanas

A primeira das duas frentes executadas durante o projeto de extensão consistiu na caracterização de hortas urbanas do município de Tramandaí. Para isso foi desenvolvido um trabalho de campo onde os discentes bolsistas percorreram o município aplicando entrevistas com indivíduos que cultivam hortas urbanas. Ao todo foram aplicadas 20 entrevistas com agricultores urbanos do município no período entre os meses de maio e agosto de 2019. Durante o processo também foram identificadas 4 hortas escolares e 9 agricultores periurbanos.

A metodologia utilizada nesta etapa consistiu na aplicação de entrevistas semi estruturadas objetivando, a partir de um diálogo aberto, compreender a trajetória do agricultor urbano, suas técnicas de cultivo e suas motivações. A utilização de entrevistas não estruturadas justifica-se pelo fato de entendermos que algumas questões de interesse poderiam surgir durante o processo, sendo que um questionário fixo poderia limitar a colocação destas. Para Manzini (1990/1991, p.154) este método de entrevistas “(...) pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”.

As questões que nortearam as entrevistas foram abrangentes, como “Qual a sua trajetória de vida?”, “Como você desenvolve os cultivos?”, “Qual a sua motivação

para a desenvolver a horta?”; “Existem dificuldades para produzir? Quais” e “Qual a importância da horta na sua vida?”.

Uma importante questão, que precede a aplicação das entrevistas, é como encontrar as hortas e quais seriam os critérios para delimitar o que é ou não tido como uma horta urbana. Para isso delimitou-se como hortas urbanas as ações que possuíssem cultivos permanentes e que tivessem mais do que um canteiro de plantio. Quanto a encontrar as hortas, primeiramente recorreu-se a alguns atores municipais para que estes indicassem hortas urbanas que fossem de seu conhecimento - neste caso os atores envolvidos foram comerciantes, representantes da prefeitura municipal e da EMATER. Posteriormente, durante as entrevistas foi solicitado aos agricultores urbanos que indicassem outras hortas que estes tinham conhecimento. Algumas hortas também foram identificadas enquanto a equipe se deslocava pela cidade. Um fator importante, que norteou o trabalho de campo, foi que se optou por uma melhor distribuição espacial das hortas, ou seja, a prioridade foi de aplicar entrevistas em diferentes regiões da malha urbana a fim de obter diversidade e amplitude na caracterização.

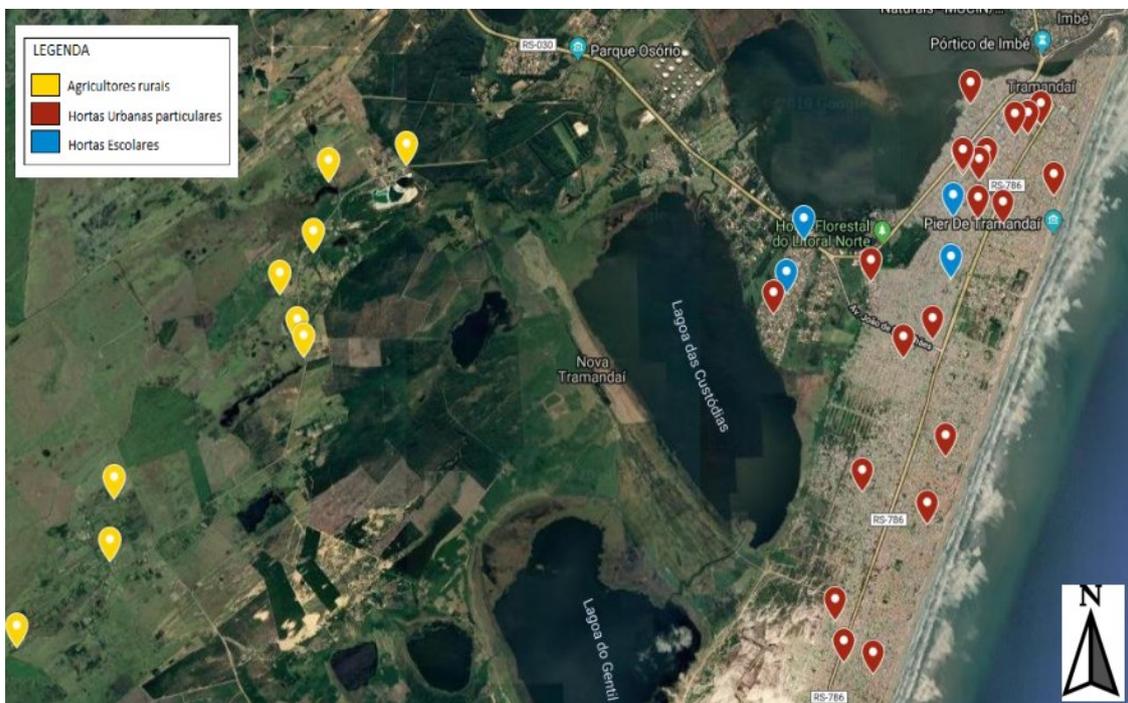


Imagem 1: Distribuição espacial das hortas urbanas e agricultores familiares identificados. Fonte: elaborado pelos autores.

É possível apresentar, de forma quantitativa, alguns dados coletados durante as entrevistas:

- quanto à idade dos agricultores urbanos: 59% dos entrevistados possuem idade acima dos 60 anos, 23% estavam na faixa de 50 a 60 anos, 12% entre 40 e 50 anos, e 6% entre 30 e 40 anos. Nenhum entrevistado possuía menos de 30 anos;

- sobre a origem dos entrevistados: 31% dos indivíduos são naturais de outros municípios do litoral norte, 25% da região da serra gaúcha, 13% do vale dos sinos, 19% da região metropolitana, 6% da região central do estado e 6% de fora do estado. Nenhum entrevistado havia nascido em Tramandaí;

- quanto ao tempo de residência no município: 56% dos entrevistados afirmaram residir a mais de 10 anos em Tramandaí, enquanto 25% residem a menos de 5 anos e 19% residem no intervalo entre 5 e 10 anos;

- sobre o nível de instrução dos agricultores urbanos: 45% possuíam o ensino fundamental incompleto, 33% possuíam o ensino superior completo e 22% possuíam o ensino médio completo;

- quanto aos rendimentos: 13% dos entrevistados declararam que a renda do grupo familiar era de menos do que 1 salário mínimo, 40% possuíam renda no intervalo entre 1 e 3 salários mínimos, 7% entre 3 e 5 salários e 40% acima de 5 salários;

- sobre a ocupação dos agricultores urbanos: 59% destes são aposentados, 18% possuem trabalho informal, 7% são autônomos e 6% são empresários;

- quanto ao indivíduo que desenvolve os cultivos: 45% dos entrevistados relataram que os cultivos eram desenvolvidos pelo casal de maneira conjunta, 33% das hortas eram cultivadas exclusivamente por homens e 22% exclusivamente por mulheres;

- sobre as técnicas de adubação: 70% dos agricultores urbanos relataram utilizar compostagem nos cultivos, enquanto 18% utilizavam esterco de animais e 12% adquirem matéria orgânica em lojas especializadas;

- por fim, quanto à destinação dos cultivos: 63% dos entrevistados indicaram que os cultivos são para consumo do próprio grupo familiar, 21% destinam os cultivos para comercialização e 16% destinam os cultivos para a vizinhança.



Imagem 2: Agricultora urbana entrevistada durante o projeto. Fonte: acervo pessoal.

Curso de formação

No momento em que este artigo é redigido o primeiro dos dois módulos do curso de formação em agricultura urbana e periurbana encontra-se em andamento. Os temas abordados no decorrer do curso abrangem conhecimentos a respeito da agricultura urbana, agroecologia, saúde, segurança alimentar, educação ambiental e sensibilização, economia solidária, associativismo, planejamento e gestão comunitária de hortas urbanas e periurbanas.

O primeiro módulo do curso possui carga horária de 40 horas aula e o segundo módulo possui carga horária de 60 horas aula e são ministrados por docentes da UFRGS. Os encontros ocorrem aos sábados, nos turnos da manhã e tarde e possuem aulas expositivas e práticas. Ao todo foram oferecidas 50 vagas destinadas a comunidade tramandaiense, que foram ocupadas principalmente por pessoas cadastradas em programas sociais pela prefeitura municipal e integrantes do Grupo Jovem Gideões.

Resultados

A partir dos dados coletados, dos diálogos com os agricultores urbanos e das vivências durante o curso de formação é possível desenvolver uma análise qualitativa

do contexto da agricultura urbana em Tramandaí. Antes disto, é interessante salientar que a análise qualitativa não é neutra, por mais que se busque a imparcialidade, trata-se de perspectivas e impressões dos autores no decorrer do projeto de extensão e estas estão sujeitas a discussão e a crítica. As considerações são apresentadas na sequência:

- primeiramente é interessante verificar que é possível estabelecer uma relação entre os dados coletados nas entrevistas e o histórico de ocupação do município de Tramandaí. Isso acontece quando nota-se que nenhum dos entrevistados é natural do município, visto que, segundo Lopes, Ruiz e Santos (2018) os municípios banhados pelo mar do litoral norte gaúcho foram ocupados para fins de residência permanente somente a partir da década de 1940 e posteriormente de maneira massiva na década de 1990. O fato de que grande parcela dos entrevistados são aposentados (60%) também confirma o processo de migração de aposentados indicado por Ramos (2016);

- outra consideração é o fato de ser possível traçar um paralelo entre a história de vida dos entrevistados e o processo de êxodo rural ocorrido no país entre as décadas de 1960 e 1980. Alguns entrevistados, acima dos 60 anos, indicaram que possuíam habilidades de cultivo porque são originários de zonas rurais, mas migraram para centros urbanos onde viveram durante a vida adulta, sendo que as hortas urbanas se tornaram um meio de resgatar estas práticas;

- um aspecto interessante que foi verificado tanto nas entrevistas quanto no decorrer do curso é que as hortas urbanas são uma maneira de transmitir conhecimentos e técnicas tradicionais de cultivo - relacionadas à técnicas de adubação, manutenção e influência da lua, por exemplo - e associá-las a conhecimentos tidos como científicos;

- a diversidade de cultivos também foi um aspecto observado, pois percebeu-se durante as entrevistas que a variedade de cultivos nas hortas é inversamente proporcional ao nível de rendimento dos agricultores urbanos. Ou seja, indivíduos que possuem menores rendimentos cultivam uma maior variedade de hortaliças, entre elas mandioca, abóbora e batata doce, indicando que estes cultivos constituíam parte importante de sua alimentação. Já indivíduos com maiores rendimentos

possuem menor diversidade de cultivos, limitando-se a hortaliças como alface, rúcula e tempero verde, indicando que estes veem a horta como uma atividade de lazer;

- também se pode verificar uma deficiência na infraestrutura das hortas localizadas em bairros de baixa renda. Foi indicado nas entrevistas que a falta de drenagem urbana nos bairros periféricos e o fato de que muitos lotes encontram-se no mesmo nível da rua acabava tornando estes locais suscetíveis ao alagamento. Problemática que não foi relatada pelos agricultores dos bairros centrais da cidade;

- alguns aspectos físicos, específicos da região, foram indicados nos relatos das entrevistas e nas aulas do curso como vantagens ou limitantes para o desenvolvimento dos cultivos. O solo arenoso, característico da região litorânea, muitas vezes foi relatado como um aspecto positivo, pois permite a rápida incorporação de matéria orgânica e o bom desenvolvimento de tubérculos. Alguns fatores indicados como limitantes foram a sazonalidade em relação ao inverno, visto que é necessário infraestrutura como estufas para manter a produção de algumas hortaliças, e a presença de vento forte, principalmente durante a primavera, havendo a necessidade de barreiras de proteção dos cultivos;

- por fim, quanto ao perfil dos indivíduos que praticam a agricultura urbana em Tramandaí três aspectos chamaram a atenção: 33% dos agricultores urbanos entrevistados possuem ensino superior completo e 40% possui rendimentos acima de 5 salários mínimos, o que reforça o caráter recreativo que a agricultura urbana possui, e, embora haja uma paridade entre o envolvimento de homens e mulheres na agricultura urbana, as hortas urbanas analisadas neste estudo voltadas para comercialização são mantidas exclusivamente por homens, cabendo aqui uma discussão quanto ao papel social da mulher e sua inserção em atividades geradoras de renda.

Considerações finais

Mesmo com o projeto de extensão ainda em desenvolvimento, após a conclusão da primeira etapa e com o decorrer da segunda, é possível levantar algumas considerações gerais. A primeira delas é que, de forma geral, a agricultura urbana coloca-se como uma alternativa de produção de alimentos naturais, frescos e

orgânicos, além de proporcionar o empoderamento de grupos vulneráveis, permitir a comercialização dos excedentes e a melhoria da qualidade de vida geral da comunidade. O município de Tramandaí, que apresenta contexto socioeconômico de crescimento demográfico e dependência do setor da construção civil, demanda políticas públicas de incentivo à diversificação econômica e inserção social de grupos em situação de vulnerabilidade social.

Compreender as motivações e traçar o perfil dos indivíduos que praticam agricultura urbana fornece importantes informações tanto para pensar cursos de formação quanto para formulação de políticas públicas. A caracterização das hortas desenvolvida no projeto foi importante para identificar lacunas de conhecimento e dificuldades na implantação de hortas urbanas. Além disso, a colaboração entre instituições de ensino, prefeitura municipal e organizações não governamentais demonstram potencialidade na mobilização de atores e recursos a fim de promover práticas de fomento a agricultura urbana. Por fim, deve-se destacar que, embora as políticas públicas sejam de extrema importância, é necessário que a sociedade civil esteja também engajada em prover ações neste sentido.

Referências

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], jan.-jun. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

CALBINO, Daniel et al. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas - MG. **Revista do Desenvolvimento Regional**, [s. l.], jul.-dez. 2017. Disponível em: seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/718. Acesso em: 31 out. 2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE Dados Abertos**. [S. l.], 2019. Disponível em: dados.fee.tche.br. Acesso em: 31 out. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico do Corede Litoral**. [S. l.], 2015. Disponível em: planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. [S. l.], 2019. Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 31 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de Vulnerabilidade Social**. [S. l.], 2019. Disponível em: ivs.ipea.gov.br. Acesso em: 31 out. 2019.

LOPES, Eduardo Baptista et al. A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], maio-ago. 2018. Disponível em: www.scielo.br/pdf/urbe/v10n2/2175-3369-urbe-2175-3369010002AO03.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p.149-158, 1990/1991.

RAMOS, Alexandre Costa et al. O crescimento populacional do litoral norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: território e enfoque convencional. **Revista Gestão Premium**, [s. l.], v. 5, n. 1 2016. Disponível em: sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51. Acesso em: 31 out. 2019.

RIBEIRO, Silvana Maria et al. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], vol. 24, n.2 2015. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902015000200730&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 31 out. 2019.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, [s. l.], junho 2007. Disponível em: www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.